

PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.628.957 - PB (2016/0255907-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
REQUERENTE : OSEAS DA COSTA FERNANDES
ADVOGADOS : OZAEL DA COSTA FERNANDES - PB005510
FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES DE ABRANTES -
PB021244
HUGO ABRANTES FERNANDES - DF053090
REQUERENTE : FRANCISCO GILSON MENDES LUIZ
ADVOGADO : FABRICIO ABRANTES DE OLIVEIRA - PB010384
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Através da Pet. n. 41034/2019, a defesa requer seja esclarecido se foi afastada a substituição da pena privativa de liberdade, imposta a OSEAS DA COSTA FERNANDES, por restritiva de direitos.

Ora, o acórdão que rejeitou os aclaratórios defensivos foi claro ao afirmar que "valorada negativamente circunstância judicial do art. 59 do Código Penal, não há que se falar em pena substitutiva, nos termos do art. 44, III, do Código Penal".

E, consta dos autos, que as vetoriais da culpabilidade e das consequências do delito, foram negativamente valoradas, o que motivou a fixação da basilar acima do patamar mínimo e, conseqüentemente, o indeferimento da pena substitutiva.

A decisão, portanto, é clara acerca da impossibilidade, na hipótese, em ver substituída a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Nada há a esclarecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator